

Introdução

Carlos Nuno Castel-Branco

Emprego é uma palavra chave nas políticas públicas em Moçambique, frequentemente usada para justificar políticas e estratégias, e para defender projectos de investimento e quaisquer que sejam as decisões. O Plano Quinquenal do Governo, PQG 2015-19 (GdM, 2015) enfatiza a prioridade de criar emprego como caminho para a redução da pobreza. Paradoxalmente, ou não, os mecanismos de criação de emprego decente, mais produtivo e que efectivamente promova o desenvolvimento da sociedade e das pessoas, permanecem não discutidos. Por um lado, há um pressuposto, implícito, que ter uma ocupação ou um emprego automaticamente se reflecte em redução da pobreza, sejam quais forem as condições em que essa ocupação ou emprego sejam realizados. Por exemplo, o PQG 2015-19 afirma que a expansão da produção de mercadorias agrícolas semi-processadas para exportação será a forma principal de gerar emprego, sem consideração nem pela base de rentabilidade dessa indústria, assente na remuneração da força de trabalho abaixo dos seus custos sociais de reprodução (O’Laughlin, 1981), nem para o facto de a concentração na monocultura de plantações deixar a economia, os camponeses e os trabalhadores à mercê da instabilidade, imprevisibilidade e volatilidade dos mercados internacionais dessas mercadorias, efeitos esses que são bem conhecidos pela economia moçambicana (Castel-Branco, 2017). Além disso, há fortes indícios de as plantações estarem a mecanizar partes do seu trabalho e a casualizar e informalizar o emprego o mais possível, porque as estruturas de acumulação (produção, distribuição e luta de classes) assim o exigem e permitem. Por exemplo, a inflação desproporcional dos preços dos bens e serviços de primeira necessidade, reflectem-se na perda de poder de compra do salário, em lutas sociais pelo aumento dos salários nominais [em forma de greves, de absentismo, ou de migração, criando interrupções do circuito do capital na esfera da produção (Fine & Saad-Filho, 2016)] e na resposta do capital em forma de mecanização e de crescente casualização do trabalho, desorganizando os trabalhadores (Ali & Muianga, 2017; O’Laughlin, 2017a, 2017b). Portanto, não é claro nem evidente que a promoção da economia de plantações, em monocultura, promova emprego sustentável e decente, e contribua, desse modo, para a redução da pobreza e desenvolvimento das condições de vida das classes trabalhadoras.

O exemplo dado coloca outra questão – a geração de emprego decente está associada aos padrões de produção e acumulação. A economia moçambicana, de natureza

extractiva, tem sido incapaz de gerar e fornecer bens e serviços de primeira necessidade a baixo custo, apesar de o Produto Interno Bruto (PIB) ter expandido rapidamente desde o fim da guerra, em 1992, até ao início da crise da dívida, ou explosão da bolha económica, em 2015. No mesmo período em que o PIB quadruplicou e o PIB *per capita* aumentou 2,6 vezes, a produção alimentar *per capita* para o mercado doméstico diminuiu em 10%, a rentabilidade por hectare nessas culturas diminuiu por um terço e a força de trabalho permaneceu refém de um ciclo vicioso de baixa produtividade, em que trabalho casual, absentismo, produção de subsistência, má nutrição, doenças e pobreza se relacionam dialecticamente, ilustrando uma das características dominantes das formas de exploração e reprodução social da força de trabalho em Moçambique (O’Laughlin, 1981; Ali & Muianga, 2017). A inflação desproporcional dos preços dos bens e serviços primários é reflexo da dinâmica em que o crescimento económico é conseguido à custa de aumentar a pobreza (Wuyts, 2011, 2017).

Por outro lado, as abordagens sobre pobreza, emprego e desenvolvimento sistematicamente negligenciam a análise dos mercados de trabalho reais, a sua relevância, diversidade, dinâmicas de diferenciação e os desafios específicos que colocam para a transformação económica e social (Ali, 2017; Oya, Cramer & Sender, 2017). Os pressupostos de homogeneidade, residualidade e ausência de dinâmicas (des)informam parte substancial do debate e da política pública, e a ausência de informação sistemática, detalhada e abrangente afecta negativamente quaisquer discussões sobre emprego, salários, condições de emprego e transformação económica e social (Castel-Branco & Isaacs, 2017).

A evidência dos estudos de caso e da análise das dinâmicas do salário mínimo em Moçambique sugere a subordinação das estratégias de luta e negociação dos salários e das condições de trabalho às dinâmicas e ao circuito do capital e às estruturas materiais de produção, aumentando o poder do capital sobre o trabalho e limitando as opções de transformação económica, e deixando o nível de vida dos trabalhadores dependente de factores, como a produtividade sectorial, sobre os quais têm pouca influência e que são definidos como reflexo das lutas e tensões entre capitais (Castel-Branco, 2017)

É no contexto deste debate que este livro foi produzido, tentando reunir, num único volume, artigos conceptuais e relatórios de investigação, produzidos por investigadores permanentes e associados do IESE, ao longo dos últimos anos, sobre a problemática do emprego e transformação económica e social em Moçambique. Versões anteriores da maioria destes artigos haviam sido publicadas como capítulos em outros livros ou sob outras formas, tendo os seus autores actualizado, reescrito ou adaptado os artigos para esta colecção.

O livro é composto por duas partes e contem catorze artigos. A primeira parte, *Questões Conceptuais*, inclui três artigos que ajudam a estruturar, conceptualmente,

alguns dos principais debates sobre emprego e transformação económica em Moçambique, nomeadamente a problematização conceptual das questões do emprego e padrões macroeconómicos, da produtividade do trabalho, da relevância dos mercados de trabalho rurais na análise e formulação de política, e na análise detalhada da natureza, diversidade e diferenciação dos mercados de trabalho rurais. A segunda parte do livro, *Padrões, Dinâmicas e Lutas Sociais nos Mercados de Trabalho*, inclui onze artigos, que analisam mercados de trabalho rurais e domésticos urbanos e as lutas em torno das condições de trabalho, quer através de pesquisa por inquérito, quer por via de estudos de caso, ilustrando a variedade, ligações e complexidade dos mercados de trabalho e das questões do emprego, assim como revelando dinâmicas de luta e de diferenciação social que emergem, e identificando questões relevantes para política pública.

O primeiro artigo, *Inflação e pobreza*, faz uma discussão crítica do debate político contemporâneo sobre a macroeconomia do desenvolvimento. O autor começa por criticar a literatura dominante, que relaciona crescimento e pobreza sem discutir as condições de emprego da força de trabalho, os regimes de acumulação predominantes, as dinâmicas do desemprego e os mecanismos de redistribuição. Do ponto de vista prático, este tipo de enfoque alimenta os “vícios” da “indústria do desenvolvimento”, nomeadamente a sua insistência no argumento segundo o qual se o PIB *per capita* crescer de forma significativa e se a desigualdade medida pelo coeficiente de Gini (geralmente calculada com base em sucessivos inquéritos aos orçamentos familiares) não piorar consideravelmente, a incidência da pobreza (absoluta) deve baixar. Quando isso não acontece — como parece ser o caso na Tanzânia e em Moçambique —, diz-se que existe um paradoxo. Uma consequência desta ideia é que se investe muito tempo, dinheiro e trabalho na monitoria da relação entre o crescimento económico (medido pelo crescimento do PIB) e a incidência da pobreza, ajustada para alterações na desigualdade, quando o que precisa de ser posto em causa é a própria premissa: a noção de que a adopção dos princípios básicos — o núcleo das políticas macro que subjazem às estratégias de redução da pobreza — em conjunto com os mecanismos abstractos de mercado produzirão crescimento em prol dos pobres. Em seguida, o autor argumenta que o crescimento económico pode acontecer à custa dos pobres e explora essa possibilidade e realidade, tanto conceptualmente como referindo-se aos casos da Tanzânia e de Moçambique, examinando o papel de um tipo de inflação, a dos preços dos bens e serviços de primeira necessidade, combinado com as estruturas do consumo diferenciadas por grupos de rendimento, na redução do poder de compra do rendimento nominal das classes trabalhadoras, na redistribuição real do rendimento a favor dos grupos de rendimento mais alto, na perda de competitividade do emprego e nas estruturas de produção que emergem. O artigo argumenta que para que o crescimento económico não seja realizado à custa das classes trabalhadoras é

necessário um equilíbrio entre as dinâmicas de industrialização e o fornecimento de bens e serviços de primeira necessidade em quantidade que possa evitar a inflação dos bens e serviços de primeira necessidade, deste modo permitindo elevar o salário real sem tornar o emprego não competitivo. Este equilíbrio requer a transformação mais geral da economia, e não apenas a emergência de enclaves económicos. Portanto, a promoção do emprego está associada aos regimes de acumulação e padrões de produção.

O segundo artigo, *Produtividade agrícola, planeamento e cultura de trabalho em Moçambique*, discute conceptualmente uma preocupação constante da planificação do desenvolvimento em Moçambique, incluindo o último Plano Quinquenal do Governo (PQG), que é o aumento da produtividade na agricultura. Como o Governo já não é produtor agrícola (embora tenha acções em diversas empresas agrícolas de grandes dimensões), não pode planificar directamente a produção. Pode, porém, planificar como usar os seus recursos e o seu poder de regulamentar para combater as causas da baixa produtividade agrícola em Moçambique. As políticas têm-se preocupado com a baixa produtividade do trabalho agrícola, tanto entre os pequenos produtores (camponeses, “sector familiar”) como entre os trabalhadores manuais em empresas agrícolas de grandes dimensões. Tem-se afirmado que há, em ambos os casos, uma falta de cultura do trabalho. Esta expressão tem sido repetida por doadores, e entre gestores de empresas agrícolas, sindicalistas e funcionários das autarquias. O objectivo deste artigo é mostrar por que razão a falta de uma cultura do trabalho é uma explicação muito enganadora das causas da baixa produtividade do trabalho na agricultura moçambicana. O artigo questiona o significado de cultura do trabalho, localizando o conceito na dinâmica da produtividade na História de Moçambique, além de questionar os pressupostos sobre a produtividade agrícola que subjazem à utilização do conceito de “falta de cultura do trabalho”, indo buscar exemplos à pesquisa rural em Moçambique. São discutidos os diversos significados de produtividade do trabalho na agricultura, com particular enfoque na agricultura capitalista, e é argumentado que a produtividade do trabalho é determinada por resultados colectivos e não pelo esforço individual. O conceito do “camponês preguiçoso” reflecte a organização da mão-de-obra e do investimento, tanto no período colonial como no período de planificação centralizada da economia estatizada. O artigo defende que o próprio conceito, e os pressupostos de lhe subjazem, confundem as discussões da produtividade laboral na agricultura e bloqueiam a identificação de formas de intervenção governamental que possam promover a produtividade do trabalho nas diversas formas de produção agrícola em Moçambique.

O terceiro artigo, *Mercados de trabalho rurais: porque são negligenciados nas políticas de emprego, pobreza e desenvolvimento em Moçambique?*, explora a contradição, existente na literatura, acerca da importância do trabalho assalariado nas zonas rurais

em Moçambique. Por um lado, o trabalho assalariado rural é considerado residual, reflectindo o preconceito de as zonas rurais serem dominadas por produção de pequenos camponeses orientada para a subsistência, separada das dinâmicas dos mercados de trabalho e de bens e dependente de trabalho familiar. Esta análise, geralmente assente em inquéritos de grande escala e agregados, é subjacente aos documentos de política, que propõe a criação e emprego por via da produção de mercadorias para exportação em conjunto com a produção de comida por cada família, sem fazerem nenhuma relação específica às dinâmicas reais dos mercados rurais de trabalho, de bens e de serviços. Por outro lado, outra literatura, suportada por estudos de campo que permitem captar padrões específicos prevalentes na economia rural, revela a relevância do trabalho assalariado rural desenvolvido em formas temporárias (eventual e sazonal) e em condições diferenciadas múltiplas e precárias, a sua intensidade, e o seu impacto nas condições de reprodução económica e da força de trabalho. O interesse numa análise da questão é reforçado, seguindo uma abordagem de economia política, ao se considerar que a força de trabalho não é um simples activo e os mercados de trabalho são centrais no sistema social de acumulação, *inter alia*, pelas ligações, relações sociais e condições de estabilidade e de redução de crise que estimulam entre diferentes agentes e actividades na economia. O estudo dos mercados de trabalho rurais tem implicações profundas para a formulação e efectividade de políticas públicas, que podem ser comprometidas pela negligência de padrões rurais reais importantes para o modo de vida da população em ligação com o modo de acumulação dominante em Moçambique. O artigo argumenta que o método de análise subjacente a distintas posições pode permitir (ou não) perceber padrões rurais reais onde formas específicas de trabalho acontecem e se desenvolvem, que são importantes para compreender as dinâmicas de pobreza e de acumulação em Moçambique.

O quarto artigo, *Discrição e heterogeneidade nos mercados de trabalho rurais em Moçambique*, apresenta alguns resultados da maior pesquisa sobre o mercado laboral rural realizada, em Moçambique, até à data da elaboração do artigo. A pesquisa mostra que os mercados de trabalho nas zonas rurais desempenham um papel significativo na vida de um grande número de pessoas pobres. Embora alguns dos moçambicanos mais pobres sejam abrangidos por esta pesquisa, nem todos os homens e mulheres com trabalho assalariado (temporário ou permanente) nas zonas rurais vivem em agregados familiares rurais com as mesmas carências – os seus níveis de educação, salários e experiências de pobreza são muito diversos. Os dados mostram uma série de oportunidades no mercado de trabalho, caracterizadas por grandes variações no que diz respeito às barreiras à entrada, níveis de remuneração, termos contratuais e condições de trabalho. Estas constatações são difíceis de explicar em termos de teoria económica convencional, incluindo variantes teóricas do dualismo do mercado de trabalho ou mercados de trabalho segmentados. Mais importante ainda, os resultados

levam à conclusão de que é necessário prestar muita atenção à heterogeneidade e ao dinamismo dos mercados de trabalho rurais, ao analisar as tendências da pobreza e o impacto das intervenções das políticas em África. O artigo também tenta contribuir para superar a escassez de conhecimento dos mercados de trabalho da África subsaariana, que é reconhecida, mas não enfrentada, tanto nas análises predominantes como nos documentos de política influentes. O reconhecimento da importância e da diversidade dos mercados de trabalho sugere a necessidade de concepção e implementação de políticas inovadoras.

O quinto artigo, *No rescaldo da liberalização: a (re)formalização do trabalho doméstico na cidade de Maputo*, argumenta que o trabalho doméstico é hoje a fonte principal de emprego para as mulheres, e, nas estatísticas oficiais, constitui a terceira maior ocupação, depois de camponês e pequeno comerciante. A sua proliferação foi alimentada pela transição para a economia do mercado, num contexto de reestruturação económica. Com a privatização de mais de 1.200 empresas estatais nos anos noventa – um processo designado pelo Banco Mundial como o programa de privatização mais bem sucedido em África – meio milhão de trabalhadores assalariados, muitos deles mulheres, foram despedidos ou reclassificados, tendo esta reserva de força de trabalho sido tornada informal, incluindo no trabalho doméstico. As privatizações também resultaram no encerramento das instituições sociais de cuidado, como as creches públicas, obrigando os agregados familiares, em particular as mulheres, a assumirem um maior encargo reprodutivo, ou seja, uma maior responsabilidade individual pela reprodução da força laboral. Os agregados familiares com os meios financeiros necessários recorreram ao sector informal como empregadores, contratando empregados domésticos de modo a equilibrar o duplo cargo de trabalho produtivo e reprodutivo. A formalização do trabalho doméstico reflecte, por um lado, uma tentativa da sua legitimação, pelo Estado, num contexto de elevados níveis de desemprego, pobreza e desigualdade; e por outro lado, um maior interesse, por parte do movimento sindical moçambicano, pelos direitos dos trabalhadores informais no geral, e dos trabalhadores domésticos em particular. Com base em entrevistas semiestruturadas com trabalhadores domésticos e representantes sindicais na cidade de Maputo, este artigo analisa até que ponto esta tentativa de formalização pode transformar as relações laborais neste sector e fortalecer um movimento sindical bastante fragilizado.

O sexto artigo, *“Restauração da dignidade do nosso povo”: de salários sectoriais a um salário mínimo nacional na África do Sul*, discute a problemática da transição de salários mínimos sectoriais para um salário mínimo nacional na África do Sul, e procura ligar o debate aí ocorrido com questões semelhantes em Moçambique. Com base na pesquisa realizada pela Iniciativa de Investigação sobre um Salário Mínimo Nacional (NMWRI) da Universidade de Witwatersrand – o grupo de investigação principal que apoiou a introdução de um salário mínimo nacional na África do Sul

– este capítulo apresenta algumas das questões chaves levantadas durante os debates, contextualizando os salários mínimos numa perspectiva do mercado de trabalho sul-africano e do actual sistema sectorial, fornecendo uma panorâmica das evidências relativas às potenciais consequências de um salário mínimo nacional para o emprego, a pobreza e a desigualdade, analisando os parâmetros de referência para definir e ajustar o nível do salário mínimo nacional, explorando o processo de transição de um sistema sectorial de fixação de salários para um salário mínimo nacional, dando atenção especial ao papel dos escalões, exclusões e isenções. Este é o único artigo deste livro que tem por foco uma realidade socioeconómica distinta da de Moçambique. No entanto, as questões levantadas neste artigo, tanto as metodológicas (relacionadas com a realização dos estudos e sustentação dos argumentos sobre a transição para um salário mínimo nacional), como as políticas (relacionadas com a luta política em torno desta questão e as implicações políticas do estabelecimento de um salário mínimo nacional) são de grande importância, actualidade e relevância para Moçambique. Estão em causa não apenas modelos de definição do salário mínimo, mas algumas lutas essenciais sobre os padrões de distribuição e de luta por condições de trabalho decentes.

O sétimo artigo, *Expansão da produção de produtos primários, emprego e pobreza*, é contextualizado pelo debate sobre como melhorar a eficácia da economia a reduzir pobreza por via da promoção do emprego. A política pública sugere que existe uma ligação directa, linear e automática entre a agricultura e a redução da pobreza por causa do facto de a maioria da população pobre estar, de alguma forma, ligada a actividades agrícolas. Neste sentido, para reduzir a pobreza por via da agricultura o governo prioriza a produção familiar de alimentos, com vista a melhorar a segurança alimentar, bem como a produção de mercadorias primárias agrícolas para exportação, organizada em grande escala e em monocultura, de modo a gerar emprego. Este artigo questiona até que ponto esta estratégia é consistente com as dinâmicas de acumulação em Moçambique e serve os propósitos de gerar emprego decente. É argumentado que a abordagem do governo em relação à ligação entre a agricultura e a redução de pobreza, através da geração de emprego e da produção de produtos alimentares, é feita de forma dualista, isto é, olhando para estes dois mecanismos separadamente enquanto, de facto, existe uma relação orgânica entre eles. Um outro argumento desenvolvido no artigo é que as intenções do governo e as dinâmicas económicas reais são distintas, isto é, não há uma convergência entre os documentos de política e as dinâmicas económicas em Moçambique. Além disso, ao tratar destes dois mecanismos de forma separada, a política pública pode criar ou exacerbar conflitos como, por exemplo, sobre as prioridades de alocação de terras férteis, acesso a infraestruturas e a crédito, entre outros. O artigo conclui sobre a necessidade de ligar a produção de alimentos para o mercado doméstico e a geração de emprego decente de maior produtividade, em vez de tratar destas questões separadamente.

O oitavo artigo, *Criação de emprego versus trabalho decente? Produção de cana e bem-estar dos trabalhadores no Sul de Moçambique*, tem por contexto a expansão da produção de açúcar no vale do Incomáti, que é parcialmente o resultado da crise do desemprego rural nas antigas reservas de mão-de-obra migratória do sul de Moçambique. Este artigo analisa o impacto dessa expansão no bem-estar dos trabalhadores rurais na zona de Xinavane/Magude – tendo em conta tanto os salários como a experiência de trabalho. Apesar dos empregos e rendimentos gerados, a expansão da produção de cana-de-açúcar não estabilizou a segurança nutricional dos trabalhadores sazonais, exacerbou algumas doenças crónicas e veio levantar algumas questões de saúde ambiental a longo prazo. O impasse político em torno das condições de trabalho nos campos de cana-de-açúcar é sustentado pela enganosa oposição entre criação de emprego e trabalho decente. Há uma forte polarização da estrutura salarial, entre os que têm salários relativamente elevados com emprego estável e uma grande maioria de trabalhadores que auferem salários baixos e são de facto trabalhadores precários, mesmo quando têm contratos permanentes. A exaustão criada pelas cadências aceleradas e as longas horas de trabalho não remunerado são causa de miseração entre os trabalhadores manuais. O artigo analisa as raízes históricas da crise do desemprego rural no sul de Moçambique, examina ainda as mudanças nas relações de classe das zonas rurais resultantes da expansão da produção de cana-de-açúcar em grande escala nas áreas de Xinavane e Magude, no vale do rio Incomáti, e discute ainda a estrutura extremamente diferenciada do recrutamento, dos salários e do estatuto contratual dos trabalhadores agrícolas, e a forma como as condições precárias e a organização de trabalho nos campos de cana-de-açúcar causa dinâmicas de empobrecimento e miseração. O artigo mostra, ainda, como a organização do trabalho determina padrões de doenças individuais e colectivas que põem em causa a promessa de trabalho decente, e reflecte, por fim, sobre as razões para a política da reforma laboral nos campos de cana-de-açúcar. O trabalho de campo foi feito em 2012, tendo envolvido entrevistas com trabalhadores de plantações e associações de pequenos produtores agrícolas, entrevistas abertas com gerentes de empresas, com as direcções de associações de pequenos produtores de açúcar e com representantes das autoridades locais e comunitárias, aproveitamento da informação sobre inquéritos aos agregados familiares e de informação disponibilizada pela direcção da empresa.

O nono artigo, *Dinâmicas e dilemas do emprego, trabalho e bem-estar nas agro-indústrias florestais em Niassa*, coloca duas questões fundamentais à agro-indústria florestal em Niassa: Como são organizados o emprego e o trabalho nas plantações florestais? Quais são as consequências desses padrões para o bem-estar dos trabalhadores e seus agregados familiares? Neste artigo o bem-estar é visto como uma condição que não se limita à criação de emprego e à obtenção de uma remuneração correspondente, ou ao consumo e posse de bens, que, ainda que sejam importantes, são apenas alguns

dos seus determinantes. As condições de emprego, a sua relação com diversificadas formas de trabalho e de vida, a organização e experiência do próprio trabalho, as condições e a situação da saúde, entre outros aspectos da organização social e do meio ambiente onde se insere o emprego, reflectem-se no bem-estar dos trabalhadores e dos seus agregados familiares. Aquando da concessão de extensões de terra a longo prazo às empresas florestais nesta província, o Governo alegou que estas poderiam desenvolver a economia da província através de, entre outros aspectos, a criação de emprego. Este artigo centra-se na análise do relacionamento entre os padrões de emprego, a organização produtiva do trabalho, a experiência laboral e a situação do trabalho mais geral, assim como as implicações destes aspectos em conjunto para o bem-estar dos trabalhadores e suas famílias. O artigo argumenta que o tipo de emprego reflecte a base de rentabilidade das empresas, que está assente no pagamento de salários baixos e em condições sociais de trabalho precárias, sendo os trabalhadores responsáveis pela sua própria reprodução social, a qual, dadas as condições produtivas e de acumulação prevaletentes, é garantida pela interdependência de diversificadas formas de trabalho, quer remuneradas quer não, quer de natureza agrícola quer não. O trabalho nas plantações florestais é maioritariamente casual, instável e inseguro, e desenvolve-se num contexto de tensões e contradições nas relações sociais produtivas. As precárias condições laborais têm implicações na disponibilidade e no tipo de força de trabalho que é gerada, nas condições da sua reprodução social e na sua produtividade, bem como na sustentabilidade da estrutura produtiva prevaletente.

O décimo artigo, *Organização e condições sociais de trabalho na agro-indústria do Chá na Zambézia*, analisa a problemática da organização e condições sociais de trabalho na agro-indústria do chá na Zambézia, em particular no distrito do Gurúê. O artigo mostra que as transformações que ocorreram no domínio da organização e das relações de trabalho nesta indústria não resolveram os problemas recorrentes de recrutamento e produtividade da mão-de-obra. Muito pelo contrário, exceptuando o período logo após a independência, assistiu-se a uma acentuada degradação das relações de trabalho e das condições sociais de trabalho. A casualização, precaridade, insegurança e as condições sociais de trabalho tornaram-se nalguns dos principais problemas de organização do trabalho nas empresas chazeiras, com implicações profundas nos modos de vida dos trabalhadores e suas famílias e na sua produtividade. A agro-indústria do chá foi uma das principais fontes de emprego na zona da alta Zambézia até princípios dos anos 1980, empregando, nos períodos de pico, pouco mais de 30.000 trabalhadores, a maioria dos quais sazonais. Após o seu estabelecimento na década de 1940, o sector do chá foi sofrendo várias transformações, sobretudo depois da independência, tendo havido, após a guerra de 16 anos, várias tentativas para o reabilitar. Entretanto, é no domínio da organização e das relações de trabalho nas plantações que mais transformações ocorreram ao longo

destes períodos. Estas transformações tiveram implicações na maneira como a força de trabalho na agro-indústria do chá se desenvolveu e impacto nas condições mais gerais de vida destes trabalhadores e dos seus familiares. A crise actual que vem afectando o sector desempenha um papel importante no entendimento destas dinâmicas de desenvolvimento da força de trabalho. O artigo centra-se, tanto quanto o possível, na explicação das dinâmicas mais gerais de organização do trabalho e das questões e problemas que emergem dessas dinâmicas de organização, apesar das dificuldades em obter acesso a informação quantitativa detalhada sobre força de trabalho, as jornas e os rendimentos auferidos pelos trabalhadores.

O décimo primeiro artigo, *Mulheres no processamento da castanha de caju: reflexões sobre as sociedades agrárias, trabalho e género na província de Cabo Delgado*, olha para o renascimento, mesmo limitado e disperso, da actividade de processamento de caju no extremo norte da província de Cabo Delgado. A agenda nacional de redução da pobreza continua inspirada na retórica da pequena escala, informada por uma visão dualista e enganadora das sociedades agrárias moçambicanas que vê o pequeno agricultor ou agricultor de subsistência em oposição às empresas comerciais. As estratégias para o desenvolvimento rural não têm uma abordagem adequada da complexidade das sociedades agrárias em Moçambique nem das ligações entre os novos actores influentes, tais como os agro-negócios, e a produção agrícola de pequena escala. Após o colapso, em finais da década de 1990s, o sector do caju está numa trajectória de recuperação, com uma nova geração de fábricas de processamento a surgirem, especialmente no Norte do país. O renascer da actividade de processamento de caju é interessante no contexto da industrialização e desenvolvimento rurais pois pode criar empregos nas áreas rurais e gerar ligações produtivas intersectoriais. Este artigo baseia-se em evidência de nível micro, recolhida através de entrevistas qualitativas com trabalhadores e outros intervenientes da indústria do caju, que está actualmente concentrada na fábrica de Korosho no distrito de Chiure (a Sul da província) e nas três associações de mulheres no distrito de Nangade (a Norte da província). A intenção deste trabalho é utilizar este estudo de caso como uma lente através da qual se podem analisar as questões de trabalho, género e diferenciação rural e esclarecer a complexidade das sociedades agrárias, que, por sua vez, se ligam com constrangimentos com que os intervenientes na actividade de processamento se deparam em Cabo Delgado.

O décimo segundo artigo, *Crescimento da cultura de tabaco em Moçambique: questões e desafios para um sector em transformação*, tenta preencher uma lacuna na literatura sobre as bases históricas e a estrutura do sector do tabaco em Moçambique. Apesar da sua importância, tem sido dada relativamente pouca atenção ao tabaco na literatura académica que analisa a produção agrícola em Moçambique. Além disso, na literatura existente, tem sido dado destaque a comparações trans-sectoriais que tentam avaliar o impacto socioeconómico geral do tabaco. Este artigo parte do

princípio de que, para se compreender melhor a dinâmica de expansão do tabaco, é preciso situar esses estudos transversais num contexto histórico. A partir de finais da década de 1990, a produção e o processamento da folha de tabaco para exportação expandiram rapidamente, o que tem tido efeitos importantes em alguns dos principais distritos agrícolas nas províncias do Niassa, da Zambézia, de Tete e de Nampula, onde é cultivada a maior parte do tabaco. Há 130.000 produtores de tabaco a produzir sob contrato e o sector inclui milhares de trabalhadores agrícolas sazonais e outros trabalhadores que participam na comercialização e processamento da folha de tabaco. A *Mozambique Leaf Tobacco*, filial local da *Universal Leaf Tobacco*, é a segunda maior empresa empregadora em Moçambique, com quase 6.000 trabalhadores. O tabaco é a principal exportação agrícola de Moçambique. A análise do sector é formulada em torno de três postulados, nomeadamente: que o modelo elaborado para organizar a produção de tabaco em Moçambique reflecte tensões surgidas da transformação da indústria global do tabaco e das limitações da política agrícola nacional durante o período de ajustamento estrutural; que o Estado deu generosos incentivos às concessionárias de tabaco, para desenvolver a capacidade produtiva em Moçambique, mas não conseguiu ajustar o sistema de incentivos à fase actual; e que a tónica do modelo para a gestão de concessões de tabaco foi posta na criação de condições para o desenvolvimento endógeno da cultura do tabaco em Moçambique, mas que não há nenhum plano director ou estratégia para ligar esse sector ao resto da economia ou para criar mecanismos para canalizar os rendimentos do tabaco que permitam apoiar a diversificação da capacidade produtiva de Moçambique.

O décimo terceiro artigo, *Mudam-se os tempos, mudam-se os modos de pensar? (Des)continuidades nas reflexões sobre o trabalho em Moçambique*, tem como principal objectivo a análise da evolução das representações sociais sobre o trabalho. Trata-se de compreender que imagens sociais foram construídas, ao longo da história recente de Moçambique, em torno das relações de trabalho, das iniciativas empresariais, dos processos de acumulação ou da produtividade laboral. O artigo examina estas questões ao longo de um espaço temporal, que define períodos político-económicos específicos que, por esse motivo, são produtores de dinâmicas de pensamento distintas – em função dos interesses dos (novos) grupos dominantes –, ainda que frequentemente em continuidade.

O último artigo do livro, *Reflexões sobre uma prática de gestão brodista numa economia de relações sociais*, examina as relações entre operadores económicos que, argumenta o artigo, em África têm sido fortemente marcadas pela influência das relações familiares e de vizinhança nos processos de gestão. Este texto pretende demonstrar a importância do capital social para o sucesso de unidades económicas, num contexto económico marcado pela descapitalização de grande parte dos empresários locais, pelo desemprego e pela importância da família alargada. A partir

do termo inglês *brother*, frequentemente utilizado nas relações interpessoais para exprimir proximidade, construiu-se o conceito “brodista” para designar sistemas organizacionais centrados na gestão de relações sociais. Propondo uma extensão dos modelos racionalistas weberianos de gestão, o artigo pretende demonstrar que a racionalidade de muitos empresários locais reside, precisamente, no investimento em laços sociais, nomeadamente nos círculos políticos, nas confissões religiosas ou nas redes de vizinhança, capitalizando-os para fins económicos, caracterizando as práticas sociais de gestão, analisando as (dis)funcionalidades que estas exercem nos contextos locais, quer para os trabalhadores, quer para os detentores do capital, e reflectindo sobre os pressupostos epistemológicos inerentes a diversas concepções de desenvolvimento organizacional.

Este livro é, também, uma contribuição para a celebração do décimo aniversário do IESE. Formalmente criado a 19 de Setembro de 2007, o IESE definiu-se como uma instituição comprometida com a investigação social e económica pluralista, heterodoxa e interdisciplinar, com enfoque no rigor e qualidade académica e na relevância e compromisso social do seu trabalho, aberta à colaboração e cooperação e dedicada a contribuir para o desenvolvimento de redes de investigadores e organizações de investigação que estudam Moçambique ou temas relevantes para Moçambique e para a sua integração na África Austral e no Mundo. Neste contexto, o IESE identificou alguns dos principais desafios para a investigação social e económica em Moçambique, entre eles a sua relevância social, o seu rigor teórico e a construção de uma prática de colaboração, partilha e abrangência que tornem a investigação e o debate mais potentes e criativos, e, por consequência, mais úteis para o desenvolvimento intelectual e socioeconómico de Moçambique. Esta colectânea de artigos reflecte a heterodoxia interdisciplinar e pluralista da nossa abordagem de investigação e é um meio de valorizar a pesquisa do IESE sobre emprego e condições de trabalho, respondendo aos desafios de investigação social e económica, nomeadamente a necessidade de garantir a sua relevância social e intelectual, o seu rigor teórico criativo, a sua inserção no contexto da África Austral e a colaboração entre instituições interessadas na investigação e entre investigadores.

Este livro não é um conjunto de receitas para resolver o problema do emprego. Antes, é um debate, baseado em investigação tão rigorosa quanto possível, que pode contribuir para identificar e entender as problemáticas do emprego, ajudar a interrogá-las mais sistematicamente, estimular mais pesquisa sobre os seus vários temas e ser tida em conta num debate que se pretende melhor sobre políticas públicas, emprego, produtividade e qualidade de vida dos trabalhadores.

Referências

- Ali, R. (2017). Mercados de Trabalho Rurais: Porquê são Negligenciados nas Políticas de Emprego, Pobreza e Desenvolvimento em Moçambique? In R. Ali, C. N. Castel-Branco & C. Muianga (orgs). *Emprego e Transformação Económica e Social em Moçambique*. Maputo: IESE.
- Ali, R. & Muianga, C. (2016). Emprego e condições sociais de trabalho nas agro-indústrias: contradições e desafios. In L. Brito, C. N. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs). *Desafios para Moçambique 2016*. Maputo: IESE.
- Ali, R., & Muianga, C. (2017). Integração da força de trabalho no sistema de acumulação de capital em Moçambique. In L. Brito, C. N. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs). *Desafios para Moçambique 2017*. Maputo: IESE.
- Castel-Branco, C. (2017). Crises Económicas e Estruturas de Acumulação de Capital em Moçambique. In L. Brito, C. N. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs). *Desafios para Moçambique 2017*. Maputo: IESE.
- Castel-Branco, R., & Isaacs, G. (2017). “Restauração da dignidade do nosso povo”: de salários sectoriais a um salário mínimo nacional na África do Sul. In L. Brito, C. N. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.). *Desafios para Moçambique 2017*. Maputo: IESE.
- Fine, B. & Saad-Filho, A. (2016). *Marx's Capital*. 6th Edition. London: Pluto Press.
- GdM (2015). Programa Quinquenal do Governo para 2015-2019. *Boletim da República*, I Série, **Número 29, 2.º Suplemento**.
- O’Laughlin, B. (1981). A questão agrária em Moçambique. *Estudos Moçambicanos*, 3, pp. 9-32. Maputo: CEA/UEM.
- O’Laughlin, B. (2017a). Produtividade Agrícola, Planeamento e Cultura de Trabalho em Moçambique. In L. Brito, C. N. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs). *Emprego e Transformação Económica e Social em Moçambique*. Maputo: IESE.
- O’Laughlin, B. (2017b). Criação de emprego *versus* trabalho decente? Produção de cana e bem-estar dos trabalhadores no Sul de Moçambique. In R. Ali, C. N. Castel-Branco & C. Muianga (orgs). *Emprego e Transformação Económica e Social em Moçambique*. Maputo: IESE.
- Oya, C., Cramer, C., & Sender, J. (2017). Discrição e heterogeneidade nos mercados de trabalho rurais em Moçambique. In R. Ali, C. N. Castel-Branco & C. Muianga (orgs). *Emprego e Transformação Económica e Social em Moçambique*. Maputo: IESE.
- Wuyts, M. (2011). Será que crescimento económico é sempre redutor da pobreza? Reflexões sobre a experiência de Moçambique. *Boletim IDELAS*, 35. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/?__target__=publications_ideias.
- Wuyts, M. (2017). Inflação e Pobreza: Uma Perspectiva Macroeconómica. In R. Ali, C. N. Castel-Branco & C. Muianga (orgs). *Emprego e Transformação Económica e Social em Moçambique*. Maputo: IESE.